

## **Afinal, o que é software público brasileiro, e o que deve-se esperar dele, em relação à educação?**

Marianna Kunrath Lima

O Software Público Brasileiro é uma iniciativa do Governo Federal que possibilita o compartilhamento e o aprimoramento de softwares entre os cidadãos brasileiros, o que resulta na geração de softwares de melhor qualidade. Vários softwares de educação estão incluídos nesta iniciativa, e têm ajudado a aperfeiçoar o ensino no Brasil.

Palavras-chave: Software Público Brasileiro, educação.

Quando recebi a tarefa de escrever um artigo para a UEADSL 2010.2, como parte da disciplina que estou cursando, não fazia ideia sobre o que iria discorrer, pois não possuo intimidade com o tema software livre. Ao realizar uma pesquisa, achei interessante a iniciativa do Software Público Brasileiro, nunca havia ouvido falar sobre isto, e é algo inovador, o Governo Federal Brasileiro compartilhando sua inteligência de desenvolvimento de softwares com a população e também permitindo a troca de experiências entre os usuários.

Após determinar o assunto sobre o qual iria escrever, segui para um levantamento mais aprofundado do tema. Este estudo resumiu-se à procura na Internet, que é o melhor lugar para se pesquisar quando o assunto é software. Minha principal referência foi o portal do Software Público Brasileiro (<http://www.softwarepublico.gov.br>).

O Software Público Brasileiro (SPB) surgiu em abril de 2007, durante o Fórum Internacional de Software Livre. A comunidade brasileira de Software Livre pressionava o Governo Federal há muitos anos para que compartilhasse com todos seus conhecimentos na área de desenvolvimento, a fim de aumentar a participação dos usuários na melhoria dos softwares. Em 2010, foi lançada a Instrução Normativa do Software Público Brasileiro, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Esta IN tem a intenção de normatizar o compartilhamento, o uso e a distribuição das soluções categorizadas como software público, que podem ser desenvolvidas por instituições públicas, privadas, terceiro setor e pessoas físicas. Os procedimentos para liberação de software serão oficializados e as regras de funcionamento do Portal SPB serão detalhadas. Com a promulgação da IN o software público ganhará maior força institucional.

O objetivo do SPB é reduzir custos, aprimorar os aplicativos disponibilizados e melhorar o atendimento à população, além de criar espaços de colaboração com a sociedade. Qualquer cidadão brasileiro pode “baixar” e utilizar softwares do portal SPB, desde que possua um cadastro no site. Não há pagamento de licenças, porém todas as melhorias incorporadas às soluções também devem ser compartilhadas com todos. Pessoas que utilizam o mesmo software estão incluídas em uma comunidade deste, na qual podem compartilhar experiências e discutir sobre a melhoria do software, além de atuarem como desenvolvedores, disponibilizando as modificações feitas aos outros usuários. Quanto à inclusão de novos softwares no portal, a entidade ofertante do software, que pode ser tanto do setor público quanto do setor privado, deve disponibilizar um ou mais profissionais para exercer o papel de coordenador técnico e um ou mais profissionais para exercer o papel de coordenador institucional. O coordenador técnico deve esclarecer as dúvidas quanto ao uso e à aplicação do software, e o coordenador institucional deve ser responsável pela coordenação da comunidade do software, deve participar das reuniões do portal SPB, publicar notícias e manter sempre a última versão do software no portal.

Há um controle de qualidade, feito por meio de constantes pesquisas com os usuários, encontros, treinamentos e pelas empresas prestadoras de suporte técnico. A participação dos usuários na construção dos softwares e esta constante busca pela manutenção da qualidade que fazem com que o SPB esteja sempre aprimorando-se, levando à melhoria dos softwares disponíveis.

O Portal do Software Público é uma iniciativa pioneira no mundo e o Paraguai será o

primeiro país a adotar o modelo de software público desenvolvido pelo Governo Brasileiro. O Projeto do Software Público Internacional é coordenado pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD e a recente adesão do Centro Latinoamericano de Administração para o Desenvolvimento-CLAD. Espera-se que mais países interessem-se pela adesão ao modelo de software público.

Vários softwares estão disponibilizados, como o Coletor Automático de Informações Computacionais (Cacic) que verifica diversas informações sobre o hardware e o software das estações de trabalho. Outra solução é o Ginga, que é o middleware da TV Digital Brasileira, além de sistemas de gestão para municípios e softwares na área da saúde, educação, meio ambiente, gerenciamento de contratos, entre muitos outros. Todos eles estão disponíveis no portal do SPB (<http://www.softwarepublico.gov.br>).

Quanto à educação, atualmente há seis softwares disponíveis: i-Educar, EducatuX, Amadeus, Pandorga, e-Proinfo, Linux Educacional.

O i-Educar é um software de gestão escolar. Centraliza as informações de um sistema educacional municipal, diminuindo a necessidade de uso de papel, a duplicidade de documentos, o tempo de atendimento ao cidadão e racionalizando o trabalho do servidor público. O i-Educar foi desenvolvido inicialmente pela prefeitura de Itajaí-SC e fora disponibilizado como software livre através de uma parceria tecnológica com a Cobra Tecnologia. Com o i-Educar é possível controlar todo o cadastro de alunos, com seus dados pessoais, familiares e pedagógicos. Funcionalidades como: matrículas, transferências, emissão de certificados e diplomas, suspensões, quadro de horários e relatórios gerenciais são realizados de forma integrada. O sistema conta também com um módulo de biblioteca que faz a gestão de bibliotecas de cada escola.

O EducatuX é um moderno método educacional que foi concebido com finalidade de promover uma integração pedagógica entre computadores e educação utilizando software livre. O projeto visa a construção de materiais didáticos para professores e alunos do ensino fundamental que auxiliem na integração das aulas à tecnologia. Também tem como objetivo a construção de oficinas práticas que serão aplicadas nas escolas tendo como público alvo os professores e pedagogos.

O Projeto Amadeus é um sistema de gestão de aprendizagem para Educação a Distância baseado no conceito de blended learning, ou seja, uma mistura de aulas a distância com algumas presenciais. Esse tipo de programa oferece horários flexíveis ou pré-definidos, para que cada aluno possa realizar suas tarefas no melhor momento para ele. O Projeto permite ampliar as experiências que os usuários do blended learning já têm para diversas plataformas como Internet, desktop, celulares, PDAs e TV Digital, de forma integrada e consistente. Essa expansão – a de interação dos usuários entre eles e com os conteúdos – permite a execução de novas estratégias de ensino e de aprendizagem orientadas por teorias construtivistas ou sócio-interacionista do desenvolvimento humano.

A distribuição educacional Pandorga, é uma ferramenta com 120 atividades pedagógicas eficazes no auxílio do ensino infantil e fundamental especialmente em escolas públicas. Surgiu a partir da necessidade de professores e profissionais de diversas áreas das escolas municipais da cidade de Cachoeirinha/RS, que participaram de uma pesquisa, cujo resultado foi a necessidade de um pacote de programas pedagógicos específico para seus laboratórios de informática. O slogan “É divertido educar” resume a distribuição, que recebeu o nome de pandorga, que significa pipa ou papagaio no RS, num significado de liberdade e brincadeira. Liberdade por seguir a ética e as diretrizes do Software Livre, e brincadeira por acreditarem que o ensino numa forma mais lúdica pode ser uma maneira fácil e eficaz de aprender e aumentar o interesse pelo aprendizado.

O Ambiente Colaborativo de Aprendizagem (e-ProInfo) é um software público, desenvolvido pela Secretaria de Educação a Distância – SEED do Ministério da Educação – MEC e licenciado por meio da GPL-GNU, Licença Pública Geral. O e-Proinfo é um ambiente virtual que permite a concepção, administração e desenvolvimento de diversos tipos de ações, como cursos a distância, complemento a cursos presenciais, projetos de pesquisa, projetos colaborativos e diversas

outras formas de apoio a distância e ao processo ensino-aprendizagem

O Linux Educacional é uma solução de software que colabora para o atendimento dos propósitos do ProInfo de forma a favorecer ao usuário final quanto ao uso e a acessibilidade da mesma, bem como ao responsável pelo laboratório no que se refere a manutenção e atualização da solução. A versão 3.0 do Linux Educacional foi baseada em uma distribuição GNU/Linux chamada Kubuntu, com uma identidade visual simples e atrativa, aplicativos educacionais personalizados, ferramentas de acesso e busca dos conteúdos educacionais, repositório Debian de conteúdos educacionais mantido pelo MEC e ferramentas de produtividade.

Estes softwares são amplamente utilizados, há mais de 25000 usuários, somando-se as pessoas inscritas nas comunidades de todos eles. Além disso, praticamente todos estes softwares possuem páginas próprias na Internet e perfis em redes sociais, o que possibilita uma interatividade ainda maior do que a proporcionada no portal do SPB. A existência de softwares educacionais tem auxiliado na melhoria da educação brasileira, com a modernização de técnicas de ensino e pela adaptação à realidade dos alunos, que cada vez mais têm contato e necessitam da tecnologia em seus cotidianos.

Assim, a iniciativa do Software Público Brasileiro é algo que deve ser celebrado e mantido, com a ajuda de todos os brasileiros.

#### Referências:

Instrução Normativa do Software Público Brasileiro. Artigos sobre Software Público. Disponível em: <<http://www.softwarepublico.gov.br/Artigos>>. Acesso em: 08 de nov. de 2010.

Portal do Software Público Brasileiro. O que é o SPB. Disponível em: <[http://www.softwarepublico.gov.br/O\\_que\\_e\\_o\\_SPB](http://www.softwarepublico.gov.br/O_que_e_o_SPB)>. Acesso em 08 de nov. de 2010.

Portal do Software Público Brasileiro. Lista de softwares públicos. Disponível em: <<http://www.softwarepublico.gov.br/ListaSoftwares>>. Acesso em 08 de nov. de 2010.

Silveira, Luis Henrique. Acompanhe hoje (19) a audiência pública e o lançamento da consulta pública da instrução normativa do software público. Disponível em: <<http://softwarelivre.org/portal/governos/acompanhe-hoje-19-a-audiencia-publica-e-o-lancamento-da-consulta-publica-da-instrucao-normativa-do-software-publico>>. (2010). Acesso em: 08 de nov. de 2010.